

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.809.590 - SP (2019/0106704-1)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : LADEIRA MIRANDA ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA
AGRAVANTE : LADEIRA MIRANDA INTELIGENCIA IMOBILIARIA LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL
AGRAVANTE : PLENITUDE INCORPORACAO LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : HELENA APARECIDA RODRIGUES - SP087109
SELMA MARIA DA SILVA E OUTRO(S) - SP108728
ELIANE GONSALVES - SP110320
AGRAVADO : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADO : WILLIAM CARMONA MAYA E OUTRO(S) - SP257198
INTERES. : SPE ITALIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
INTERES. : NEW WAY SOCIEDADE INCORPORADORA LTDA
INTERES. : VIE NOUVELLE PINDA SOCIEDADE INCORPORADORA LTDA
INTERES. : LADEIRA EMPREITEIRA LTDA
INTERES. : POUR LA VIE ECO SOCIEDADE INCORPORADORA LTDA
ADVOGADOS : LUIZ RODOLFO CABRAL - SP168499
PAULO SÉRGIO DE TOLEDO - SP248912

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE SUSPENSÃO DE AÇÕES E EXECUÇÕES JUDICIAIS (*STAY PERIOD*). ART. 6º, § 4º, DA LEI 11.101/2005. PRORROGAÇÃO LIMITADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM A 180 DIAS. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. ALEGAÇÃO DE FATO NOVO. SUBMISSÃO ÀS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, o prazo de suspensão das ações e execuções na recuperação judicial, previsto no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005, pode ser prorrogado "*caso as instâncias ordinárias considerem que tal prorrogação é necessária para não frustrar o plano de recuperação*" (AgInt no REsp 1.717.939/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 06/09/2018).

2. No caso, o Tribunal de origem, ao deferir a prorrogação do prazo legal de suspensão do *stay period*, entendeu, à luz das circunstâncias da causa, por limitá-la a 180 dias, ressaltando, no entanto, a possibilidade "*de se postular nova prorrogação na origem, se preenchidos os requisitos para tal*".

3. Rever as premissas fáticas que ensejaram tal entendimento exigiria a reapreciação do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada em sede de recurso especial, por força do óbice contido na Súmula 7/STJ.

4. A existência de eventual fato novo relevante a ensejar nova

Superior Tribunal de Justiça

prorrogação do prazo legal deve ser submetida ao Juízo de origem, sob pena de supressão de instância.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 19 de setembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator

